



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

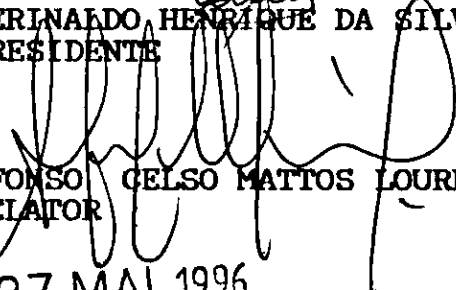
PROCESSO Nº: 10768/037.457/90-81
RECURSO Nº: 87.497
MATÉRIA : PIS REPIQUE - EX: DE 1986
RECORRENTE : CONSTRUTORA LIBRA S/A
RECORRIDA : DRF no RIO DE JANEIRO/RJ
SESSÃO DE : 17 DE ABRIL DE 1996.
ACÓRDÃO Nº.: 105-10.354
AES

PIS REPIQUE - O resultado verificado no processo matriz será o aplicável ao procedimento reflexo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CONSTRUTORA LIBRA S/A.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento parcial ao recurso, para excluir da exigência o encargo da TRD relativo ao período de fevereiro a julho de 1991, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


VERINALDO HENRIQUE DA SILVA
PRESIDENTE


AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO
RELATOR

FORMALIZADO EM 27 MAI 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JORGE PONSONI ANOROZO, JOSÉ CARLOS PASSUELLO, NILTON PESS, VICTOR WOLSZCZAK e CHARLES PEREIRA NUNES. Ausente o Conselheiro GILBERTO GILBERTI.



PROCESSO Nº: 10768/037.457/90-81
ACÓRDÃO Nº.: 105-10.354
RECURSO Nº.: 87.497
RECORRENTE : CONSTRUTORA LIBRA S/A

R E L A T Ó R I O

CONSTRUTORA LIBRA S/A, teve contra si o auto de Infração de fls. 01, referente ao PIS REPIQUE em razão de exigência efetuada no âmbito do IRPJ.

Impugnação tempestiva às fls. 06/07.

Informação fiscal às fls. 11/13.

Decisão singular às fls. 16/17, a qual julgou procedente o Auto de Infração.

Irresignada, tempestivamente, a Autuada apresentou o seu recurso às fls. 23/27.

É o relatório.



PROCESSO Nº: 10768/037.457/90-81
ACÓRDÃO Nº.:105-10.354

V O T O

Conselheiro AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO, Relator.

O recurso é tempestivo.

O processo principal, relativo ao IRPJ, foi julgado nesta Câmara em sessão de 17.04.96, sendo que pelo Acórdão 105-10.351 foi dado parcial provimento ao recurso.

O presente processo teve instauração e tramitação em conformidade com a lei, desde a peça vestibular até a subida a este Colegiado.

A Jurisprudência deste Conselho é no sentido de que a sorte colhida pelo principal comunica-se ao decorrente, a menos que novos fatos ou argumentos sejam aduzidos, o que não ocorreu na espécie dos autos.

Isto posto, dou parcial provimento ao recurso, nos mesmos moldes do processo matriz, para a exclusão parcial da TRD.

É o meu voto.

Sala das Sessões (DF), em 17 de abril de 1996.

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO